

APRESENTAÇÃO

A aproximação da Educação Física com as Ciências Humanas ocorrida de maneira acentuada nas últimas décadas possibilitou ampliar a discussão sobre a função social do componente curricular. Durante esse período ganhou destaque o termo cultura corporal, passando a ser utilizado em trabalhos de todos os matizes. Todavia, os sentidos que lhe são atribuídos estão longe de alcançarem um consenso, visto que as possibilidades que carrega estabelecem um espaço de disputa, um campo de lutas pelos seus significados, o que, em termos foucaultianos pode ser traduzido como uma vontade de verdade.

Apesar desse fato ter passado despercebido por uma parcela da comunidade acadêmica, suas consequências estão cada vez mais visíveis na prática pedagógica. Não são poucos os que concebem o trabalho com a cultura corporal como sinônimo da ampliação das práticas corporais desenvolvidas nas aulas, para além das modalidades esportivas hegemônicas. Nesse caso, o uso do termo se dá de maneira divorciada da sua origem crítica e do arcabouço teórico que lhe deu sustentação. Também se esquecem que, mais recentemente, a cultura corporal nutriu-se com as análises realizadas pelas teorias pós-críticas, o que fez ampliar a visibilidade dos marcadores sociais que perpassam as brincadeiras, danças, lutas, esportes e ginásticas.

É exatamente nesse ponto que diversidade epistemológica, conjunturas políticas, intenções pedagógicas e heterogeneidade da população escolar, têm gerado significativas discussões, as quais perpassam muitos subcampos, como as avaliações, as metodologias de ensino, a intervenção profissional e, principalmente, os currículos, compreendidos aqui na perspectiva de Moreira e Silva (2012), como artefatos construtores de identidades almeçadas por grupos específicos e que tendem a privilegiar certas visões de mundo.

Sob esta perspectiva, e considerando também a importância da atual discussão sobre a Base Nacional Comum Curricular, vista como um conjunto de conhecimentos e habilidades essenciais que cada estudante brasileiro deve adquirir ao longo da Educação Básica, e que está prevista na Constituição Federal (BRASIL, 1988), na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, e na meta 7 do Plano Nacional de Educação (PNE) - "fomentar a qualidade da Educação Básica, do fluxo escolar e da aprendizagem", nos parece seguro afirmar que a EF emerge como um campo bastante peculiar no que tange à polêmica do *currículo local versus currículo global*. Esse debate nacional vem ganhando força desde julho de 2014, quando o Ministério da Educação (MEC) retomou o diálogo para a estruturação da aprendizagem na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio. Portanto, nada é tão pertinente no atual momento brasileiro, quanto dialogar sobre o campo curricular da EF e suas distintas possibilidades.

Assim posto, e desafiando o discurso hegemônico dos currículos de EF, que defende a construção de identidades fundamentadas no desenvolvimento de habilidades e competências, apresentamos esta reflexão crítica sustentada em experiências recentes, as quais relacionam a diversidade da cultura corporal à prática pedagógica escolar na área. Desejamos uma boa leitura”

Wilson Alviano Júnior – FAGED - UFJF
Marcos Garcia Neira - FEUSP